



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020 DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Porto Alegre/RS

Março/2021

Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro - e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, nos seus aspectos mais relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Decreto-Lei nº 200/1967, com o Decreto nº 93.872/1986, com a Lei nº 10.180/2001 e com a Lei Complementar nº 101/2000. Abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN), exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. Os valores de terrenos registrados no SIAFI de forma automática pelo SPIUnet, no montante de R\$ 100.606.848,44, que estão sendo somados na conta do Ativo Imobilizado "Edifícios" ao invés de serem contabilizados na conta do Ativo Imobilizado "Terrenos" ([Nota 7](#));
2. A reavaliação a maior de imóveis, no montante de R\$ 76.899.400,67, lançada em conta de Variação Patrimonial Aumentativa, ao invés de conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido ([Nota 10](#));
3. O imóvel localizado na cidade de Passo Fundo/RS, no valor de R\$ 3.809.878,91, reconhecido no ativo deste TRT4, que se encontra cedido, temporariamente, a outra entidade até que sejam disponibilizados recursos orçamentários para realização da obra de ampliação do prédio ou seja realizada a devolução do imóvel para a União. ([Nota 7](#));
4. A não realização, no exercício de 2020, do inventário físico dos bens móveis, em razão da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela Pandemia de COVID-19 ([Nota 6](#));
5. A pendência de reavaliação de bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010. A reavaliação está sendo realizada conforme cronograma aprovado pela Administração do TRT4 ([Nota 6](#));
6. As despesas cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores, liquidadas por empenhos de restos a pagar não processados, registradas em conta de variação patrimonial diminutiva do exercício corrente, em virtude da ausência de situação no SIAFI que possibilite o registro em conta de "Ajustes de Exercícios Anteriores";
7. A ausência de depreciação de um imóvel, reconhecido no ativo deste TRT4, localizado na cidade de Guaíba/RS, por pendência na regularização da matrícula junto à Secretaria do Patrimônio da União - SPU. O setor competente está tomando as providências para regularização da situação. ([Nota 7](#)).

Porto Alegre/RS, 11 de março de 2021.

Eliane Silveira de César

Contadora Responsável

CRC/RS nº 052114/0-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2020

PERÍODO: Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

01. BALANÇO PATRIMONIAL - UG 080014

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		44.490.394,09	38.765.859,49	PASSIVO CIRCULANTE		69.203.029,32	51.436.049,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	29.815.789,32	29.043.209,56	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9	69.097.843,21	51.387.018,51
Créditos a Curto Prazo		12.898.108,47	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores	2	12.916.197,01	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		29.939,70	2.958,80
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	3	-18.088,54	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	-	7.937.134,49	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
Estoques	4	1.442.268,86	1.663.378,53	Demais Obrigações a Curto Prazo		75.246,41	46.072,13
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-				
VPDs Pagas Antecipadamente		334.227,44	122.136,91				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		336.169.501,72	278.348.249,47	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13.937.341,62	13.988.133,08
Ativo Realizável a Longo Prazo	5	1.167.887,09	1.205.064,60	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	9	13.937.341,62	13.988.133,08
Créditos a Longo Prazo		1.167.887,09	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.167.887,09	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	1.205.064,60	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Imobilizado		323.968.184,28	270.999.602,79	Resultado Diferido		-	-
Bens Móveis	6	59.806.111,36	66.578.629,57	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		83.140.370,94	65.424.182,52
Bens Móveis		126.700.453,82	121.453.780,71				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-66.894.342,46	-54.875.151,14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	ESPECIFICAÇÃO			
Bens Imóveis	7	264.162.072,92	204.420.973,22	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Bens Imóveis		270.312.724,99	210.057.616,49	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-6.150.652,07	-5.636.643,27	Reservas de Capital		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Intangível	8	11.033.430,35	6.143.582,08	Reservas de Lucros		-	-
Softwares		11.033.430,35	6.143.582,08	Demais Reservas		-	-
Softwares		11.755.262,60	6.349.129,68	Resultados Acumulados	10	297.519.524,87	251.689.926,44
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-721.832,25	-205.547,60	Resultado do Exercício		52.143.270,06	41.599.876,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		251.689.926,44	216.134.087,17
Diferido		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		-6.313.671,63	-6.044.037,46
		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		297.519.524,87	251.689.926,44
TOTAL DO ATIVO		380.659.895,81	317.114.108,96	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		380.659.895,81	317.114.108,96

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	29.815.789,32	29.043.209,56	PASSIVO FINANCEIRO	10.955.444,28	22.562.038,07
ATIVO PERMANENTE	350.844.106,49	288.070.899,40	PASSIVO PERMANENTE	83.035.184,83	65.375.151,59
			SALDO PATRIMONIAL	286.669.266,70	229.176.919,30

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.031.825,22	5.579.899,67	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		254.231.412,17	97.382.790,41
Atos Potenciais Ativos	4.031.825,22	5.579.899,67	Atos Potenciais Passivos		254.231.412,17	97.382.790,41
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.295.321,48	4.374.308,55	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	11	-	-
Direitos Contratuais	736.503,74	1.205.591,12	Obrigações Contratuais		254.231.412,17	97.382.790,41
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	4.031.825,22	5.579.899,67	TOTAL		254.231.412,17	97.382.790,41

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	5.777.221,21
Recursos Vinculados	13.083.123,83
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	13.083.123,83
TOTAL	18.860.345,04

02. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - UG 080014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2020	2019
		2.025.965.582,96	1.960.619.823,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		66.130.378,58	76.307.522,88
Taxas		66.130.378,58	76.307.522,88
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		475.487,33	201.848,66
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		475.487,33	201.848,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		74.345,72	129.332,39
Juros e Encargos de Mora		14.739,75	87.887,60
Variações Monetárias e Cambiais		59.605,97	41.444,79
Transferências e Delegações Recebidas	12	1.875.096.931,31	1.840.188.643,11
Transferências Intragovernamentais		1.854.095.711,31	1.830.025.930,08
Transferências Intergovernamentais		21.000.000,00	7.500.000,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.220,00	2.662.713,03
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13	81.450.174,37	35.384.140,13
Reavaliação de Ativos		76.899.400,67	34.210.570,88
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.400.000,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.150.773,70	1.173.569,25
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.738.265,65	8.408.336,12
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.738.265,65	8.408.336,12

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2020	2019
		1.973.822.312,90	1.919.019.946,56
Pessoal e Encargos	14	1.070.896.413,04	1.038.434.776,34
Remuneração a Pessoal		840.914.656,29	845.572.788,01
Encargos Patronais		183.590.112,89	148.913.465,52
Benefícios a Pessoal		46.391.643,86	43.948.522,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14	557.221.627,48	554.252.295,52
Aposentadorias e Reformas		459.520.614,08	458.000.481,78
Pensões		96.867.315,45	95.652.533,30
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		833.697,95	599.280,44
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15	98.538.331,23	118.185.215,29
Uso de Material de Consumo		1.016.297,55	2.003.696,93
Serviços		83.352.879,04	100.981.095,14
Depreciação, Amortização e Exaustão		14.169.154,64	15.200.423,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		940.575,47	1.493.941,20
Juros e Encargos de Mora		1.028,54	145.062,63
Variações Monetárias e Cambiais		939.546,93	1.348.727,55
Descontos Financeiros Concedidos		-	151,02
Transferências e Delegações Concedidas		70.306.500,78	179.218.665,73
Transferências Intragovernamentais		70.118.797,83	177.792.308,42
Outras Transferências e Delegações Concedidas		187.702,95	1.426.357,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16	172.480.294,80	19.623.927,24
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		13.051.623,49	150.557,49
Incorporação de Passivos		142.616.816,51	7.079.916,74
Desincorporação de Ativos		16.811.854,80	12.393.453,01
Tributárias		2.866.506,97	3.585.960,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		75.558,62	50.716,29
Contribuições		2.790.948,35	3.535.244,43
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		572.063,13	4.225.164,52
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		572.063,13	4.225.164,52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		52.143.270,06	41.599.876,73

03. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - UG 080014

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2020	2019
		16.127.554,48	4.746.261,37
INGRESSOS		1.943.297.560,73	1.918.426.139,53
Outros Ingressos Operacionais		1.943.297.560,73	1.918.426.139,53
Ingressos Extraorçamentários		176.176,31	212.275,28
Transferências Financeiras Recebidas		1.854.095.711,31	1.829.523.110,02
Arrecadação de Outra Unidade		89.025.673,11	88.651.080,09
Demais Recebimentos		-	39.674,14
DESEMBOLSOS		-1.927.170.006,25	-1.913.679.878,16
Pessoal e Demais Despesas		-1.681.845.441,98	-1.681.873.546,96
Judiciário		-981.201.204,54	-1.018.196.375,30
Previdência Social		-560.103.375,76	-565.440.662,49
Encargos Especiais		-140.540.861,68	-98.236.509,17
Transferências Concedidas		-175.062.725,33	-149.198.111,36
Intragovernamentais		-175.062.725,33	-149.198.111,36
Outros Desembolsos Operacionais		-70.261.838,94	-82.608.219,84
Dispêndios Extraorçamentários		-143.041,11	-233.474,40
Transferências Financeiras Concedidas		-70.118.797,83	-82.374.745,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-15.354.974,72	-26.131.904,45
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens	19	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-15.354.974,72	-26.131.904,45
Aquisição de Ativo Não Circulante		-14.339.836,28	-25.121.538,25
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.015.138,44	-1.010.366,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		772.579,76	-21.385.643,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		29.043.209,56	50.428.852,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		29.815.789,32	29.043.209,56

04. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Ex. Anterior - 2019	-	-	-	-	216.134.087,17	-	216.134.087,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-6.044.037,46	-	-6.044.037,46
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	41.599.876,73	-	41.599.876,73
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Anterior / Saldo Inicial do Ex. Atual	-	-	-	-	251.689.926,44	-	251.689.926,44
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-6.313.671,63	-	-6.313.671,63
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	52.143.270,06	-	52.143.270,06
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Atual - 2020	-	-	-	-	297.519.524,87	-	297.519.524,87

05. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - UO 15105

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		22.493.396,00	22.493.396,00	21.629.109,23	-864.286,77
Receita Patrimonial		325.696,00	325.696,00	319.848,58	-5.847,42
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		325.696,00	325.696,00	319.848,58	-5.847,42
Transferências Correntes		22.167.700,00	22.167.700,00	21.000.000,00	-1.167.700,00
Outras Receitas Correntes		-	-	309.260,65	309.260,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	309.260,65	309.260,65
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	17	22.493.396,00	22.493.396,00	21.629.109,23	-864.286,77
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		22.493.396,00	22.493.396,00	21.629.109,23	-864.286,77
DEFICIT		-	-	1.704.482.020,23	1.704.482.020,23
TOTAL		22.493.396,00	22.493.396,00	1.726.111.129,46	1.703.617.733,46
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO		-	14.000.000,00	14.000.000,00	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.726.327.525,00	1.735.584.427,00	1.720.023.882,53	1.710.991.232,72	1.710.991.232,72	15.560.544,47
Pessoal e Encargos Sociais		1.554.516.625,00	1.591.076.557,00	1.581.715.357,40	1.579.835.299,90	1.579.835.299,90	9.361.199,60
Outras Despesas Correntes		171.810.900,00	144.507.870,00	138.308.525,13	131.155.932,82	131.155.932,82	6.199.344,87
DESPESAS DE CAPITAL		1.820.280,00	12.083.310,00	6.087.246,93	5.400.527,11	5.400.527,11	5.996.063,07
Investimentos		1.820.280,00	12.083.310,00	6.087.246,93	5.400.527,11	5.400.527,11	5.996.063,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17	1.226.902,00	1.226.902,00	-	-	-	1.226.902,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.729.374.707,00	1.748.894.639,00	1.726.111.129,46	1.716.391.759,83	1.716.391.759,83	22.783.509,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.729.374.707,00	1.748.894.639,00	1.726.111.129,46	1.716.391.759,83	1.716.391.759,83	22.783.509,54
TOTAL		1.729.374.707,00	1.748.894.639,00	1.726.111.129,46	1.716.391.759,83	1.716.391.759,83	22.783.509,54

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	369.372,60	11.703.699,76	5.342.006,19	5.342.006,19	5.588.621,77	1.142.444,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.892.694,59	179.263,92	179.263,92	3.713.430,67	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	369.372,60	7.811.005,17	5.162.742,27	5.162.742,27	1.875.191,10	1.142.444,40
DESPESAS DE CAPITAL	3.897.658,68	6.542.276,10	9.954.447,61	9.954.447,61	467.103,33	18.383,84
Investimentos	3.897.658,68	6.542.276,10	9.954.447,61	9.954.447,61	467.103,33	18.383,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.267.031,28	18.245.975,86	15.296.453,80	15.296.453,80	6.055.725,10	1.160.828,24

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	6.919,72	6.919,72	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	6.919,72	6.919,72	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	6.919,72	6.919,72	-	-

06. BALANÇO FINANCEIRO - UG 080014

INGRESSOS			NE	DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019		ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	-	-		Despesas Orçamentárias	1.866.679.138,14	1.859.747.552,62
Ordinárias	-	-		Ordinárias	1.126.098.720,04	1.385.478.277,04
Vinculadas	-	-		Vinculadas	740.580.418,10	474.269.275,58
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	83.903.577,96	89.242.225,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		Previdência Social (RPPS)	557.067.869,37	359.593.147,00
				Dívida Pública	73.411.348,96	-
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	26.197.621,81	25.433.903,58
Transferências Financeiras Recebidas	1.854.095.711,31	1.829.523.110,02		Transferências Financeiras Concedidas	70.118.797,83	82.374.745,44
Resultantes da Execução Orçamentária	1.851.976.627,29	1.827.745.042,89		Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	1.851.976.627,29	1.827.745.042,89		Independentes da Execução Orçamentária	70.118.797,83	82.374.745,44
Independentes da Execução Orçamentária	2.119.084,02	1.778.067,13		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	603.149,93	-
Demais Transferências Recebidas	1.047.490,21	875.388,32		Movimento de Saldos Patrimoniais	69.515.647,90	82.374.745,44
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.071.593,81	902.678,81		18 Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-		Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-				
Recebimentos Extraorçamentários	98.921.219,05	107.155.925,09		Pagamentos Extraorçamentários	15.446.414,63	15.942.380,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	6.919,72		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.919,72	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9.719.369,63	18.245.975,86		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.296.453,80	15.708.905,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	176.176,31	212.275,28		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	143.041,11	233.474,40
Outros Recebimentos Extraorçamentários	89.025.673,11	88.690.754,23		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	89.025.673,11	88.651.080,09				
Demais Recebimentos		39.674,14		Saldo para o Exercício Seguinte	29.815.789,32	29.043.209,56
Saldo do Exercício Anterior	29.043.209,56	50.428.852,64		Caixa e Equivalentes de Caixa	29.815.789,32	29.043.209,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.043.209,56	50.428.852,64		TOTAL	1.982.060.139,92	1.987.107.887,75
TOTAL	1.982.060.139,92	1.987.107.887,75				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Exercício 2020

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), pertencente ao Poder Judiciário Federal, é uma pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 02.520.619/0001-52. Possui sede administrativa no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A Justiça do Trabalho possui competência para conciliar e julgar as ações judiciais entre trabalhadores e empregadores e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, assim como as demandas que tenham origem no cumprimento de suas próprias decisões, inclusive as coletivas. Os órgãos da Justiça do Trabalho são o Tribunal Superior do Trabalho (3º Grau), os Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau) e as Varas do Trabalho e Postos Avançados (1º Grau).

O primeiro grau da Justiça do Trabalho gaúcha é composto por 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, distribuídos em 65 municípios. Na capital Porto Alegre estão sediadas 30 Varas do Trabalho. O segundo grau possui 11 Turmas Julgadoras e 4 Seções Especializadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem como missão realizar justiça na solução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, contribuindo para a pacificação social. Seus valores institucionais são: credibilidade, acessibilidade, ética, celeridade, transparência, responsabilidade socioambiental, inovação e atualidade, valorização das pessoas e efetividade.

A conformidade das atividades do órgão está amparada pela Lei nº 8.112/1990 para a contratação e gestão de servidores e pelas Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 (pregão eletrônico) para contratação de fornecedores. Em relação à administração contábil e financeira, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região observa os preceitos da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) e do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), assim como as orientações emanadas da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, Secretaria de Orçamento e Finanças da Justiça do Trabalho (SEOFI/CSJT), a quem compete a supervisão orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Na elaboração e execução orçamentária, são observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos procedimentos internos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, as quais compreendem a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 8ª edição), o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBC TSP e o MCASP e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
5. Balanço Orçamentário (BO);
6. Balanço Financeiro (BF);
7. Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI e tiveram como escopo as informações no nível de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (UG 080014 e UO 15105).

2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, conforme apresentado a seguir.

- **Moeda Funcional e de Apresentação** - A moeda funcional para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os caixas e equivalentes de caixa são registrados pelo valor original.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. Para os créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro) é constituído também ajuste para perdas, conforme metodologia indicada na macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas.
- **Estoques** - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. As entradas nos estoques são registradas pelo valor de aquisição/produção e as saídas pelo custo médio ponderado, de acordo com a macrofunção 020319.
- **Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição, pelo valor definido em instrumento de doação, caso sejam obtidos a título gratuito, e pelo custo de produção, para os bens produzidos internamente, sendo todos depreciados. Os gastos posteriores à aquisição, quando proporcionam benefícios econômicos futuros, são incorporados ao valor do bem, enquanto que os gastos que não geram benefícios futuros são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva. A baixa de bens móveis ocorre pelo valor contábil líquido. Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção, contabilizando-se aqueles pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União (SPIUnet) na conta contábil Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet. Os demais bens imóveis estão contabilizados na conta contábil "Bens de Uso Especial". Os saldos das obras ainda não concluídas permanecem nas contas contábeis "Estudos e Projetos", "Obras em Andamento" e "Instalações".

- **Depreciação de Bens Móveis e Imóveis** - A depreciação dos bens móveis é realizada pelo método linear e o valor apurado mensalmente é reconhecido em contas de variação patrimonial diminutiva. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem, o valor residual, o cálculo da depreciação e as taxas utilizadas são aquelas estabelecidas no Manual SIAFI, macrofunção 020330. Relativamente à depreciação dos bens imóveis, destaca-se que somente aqueles registrados no Sistema de Patrimônio da União - SPIUnet estão sendo depreciados, cujas informações são repassadas pela Secretaria de Patrimônio da União para a Secretaria do Tesouro Nacional, a qual procede aos lançamentos no Sistema SIAFI.
- **Intangível** - Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis são registrados pelo valor de aquisição e aqueles classificados como de vida útil definida são amortizados pelo período estimado de utilização do bem (definido pela área técnica competente). Os ativos intangíveis classificados como vida útil indefinida não são passíveis de amortização.
- **Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável** - Na reavaliação dos bens móveis a base de mensuração utilizada é o valor justo (mercado) equivalente ao custo de reposição. Na reavaliação dos bens imóveis o valor atualizado é obtido mediante laudo técnico. Os critérios utilizados para reavaliação dos bens móveis e imóveis são os descritos na macrofunção 020335 com a orientação de que a reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa, levando em consideração a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos estão classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e os valores registrados correspondem a valores de terceiros ou retenções em nome deles. Os demais passivos estão classificados como não circulantes.
- **Ativos e Passivos Contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Patrimonial: apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Caso o resultado seja positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.
 - Orçamentário: apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado seja positivo, há superávit orçamentário, e, caso contrário, há déficit orçamentário.
 - Financeiro: apurado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa. No Balanço Financeiro, confronta-se os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, confronta-se o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa. Caso a diferença seja positiva, há superávit financeiro, e, caso contrário, déficit financeiro.

3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa são compostos pelos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender às despesas com vinculação de pagamento, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos.

Quadro 1 - Detalhamento de saldo - Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTA CONTÁBIL	2020	2019	AH
1.1.1.1.1.19.03 - DEMAIS CONTAS – CEF	73.927,28	41.297,20	79,01%
1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO – OFSS	29.741.862,04	29.001.912,36	2,55%
TOTAL	29.815.789,32	29.043.209,56	2,66%

Fonte: SIAFI/2020

O Quadro 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque:

Quadro 2 - Detalhamento de saldo - Limite de saque com vinculação de pagamento – por fonte de recursos

FONTE RECURSOS	2020	2019
00 – RECURSOS ORDINÁRIOS	12.095.165,18	12.277.859,27
27 – CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	2.940.959,42	0,00
50 – RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	626.489,13	323.075,90
81 – RECURSOS DE CONVÊNIOS	14.077.929,18	16.400.163,18
90 – RECURSOS DIVERSOS	1.319,13	814,01
TOTAL	29.741.862,04	29.001.912,36

Fonte: SIAFI/2020

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber decorrentes de adiantamentos concedidos (salário e auxílio-alimentação), infrações legais (créditos de fornecedores encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em dívida ativa) e acerto financeiro com servidores e ex-servidores.

Quadro 3 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2020	2019	AH
1.1.3.1.1.01.01 13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	6.486.876,21	0,00	-
1.1.3.1.1.01.05 SALÁRIOS E ORDENADOS - PGTO ANTECIPADO	3.287.925,91	82.124,90	3903,57%
1.1.3.1.1.01.07 ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.114.335,13	3.155.081,88	-1,29%
1.1.3.8.1.07.00 CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES	6.975,48	4.690.373,89	-99,85%
1.1.3.8.1.16.00 CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDORES	20.084,28	9.553,82	110,22%
TOTAL	12.916.197,01	7.937.134,49	62,73%

Fonte: SIAFI/2020

O saldo das contas de adiantamento de salários e adiantamento de 13º salário corresponde ao pagamento antecipado aos servidores e magistrados que solicitaram férias a serem usufruídas no período entre 01/01/2021 e 17/01/2021. O saldo constante na conta de adiantamento de auxílio- alimentação corresponde aos valores do mês de janeiro de 2021, pagos antecipadamente em dezembro de 2020.

Na conta 1.1.3.8.1.07.00 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações são registrados os créditos de fornecedores encaminhados à PGFN para inscrição em dívida ativa. Os créditos são decorrentes de multas administrativas aplicadas aos fornecedores que descumpriram cláusulas contratuais, sendo, portanto, classificados como dívida ativa não tributária. Após a inscrição em dívida ativa, pela PGFN, os créditos são baixados do ativo do TRT. No exercício de 2020, foi inscrito em dívida ativa o valor de R\$ 4.544.936,58 (valor atualizado).

Além disso, o valor de R\$ 1.597.399,57, referente ao encaminhamento para inscrição em dívida ativa de multa administrativa por descumprimento de cláusula contratual (valor original acrescido de atualização monetária), foi baixado desta conta, em razão da interposição de recurso judicial de efeito suspensivo da multa administrativa aplicada. O valor original da multa foi registrado em ativo contingente.

3.3. Nota 3 – Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo

A partir do exercício de 2020, o TRT4 começou a reconhecer um ajuste para perdas estimadas com créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro), uma vez que

estes apresentam significativa probabilidade de não realização.

Para o cálculo do ajuste para perdas estimadas é utilizada a metodologia indicada na macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos: Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos X saldo atualizado da conta de valores a receber).

3.4. Nota 4 – Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almojarifado compreende o somatório dos materiais de consumo adquiridos pelo TRT4 com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de TIC (teclado, mouse, pen drive), materiais de higiene, limpeza e conservação, entre outros.

Quadro 4 - Detalhamento de saldo - Almojarifado

DESCRIÇÃO	2020	2019	AV	AH
Material de consumo de TIC	457.104,91	518.372,18	31,69%	-11,82%
Material elétrico e eletrônico	305.580,53	431.546,10	21,19%	-29,19%
Material de limpeza e prod. de higienização	227.930,88	214.075,75	15,80%	6,47%
Material de expediente	225.059,88	275.294,11	15,60%	-18,25%
Material para manut. de bens imóveis/instalações	77.692,03	81.353,07	5,39%	-4,50%
Material de proteção e segurança	31.971,98	21.872,00	2,22%	46,18%
Bandeiras, fâmulas e insígnias	31.099,53	17.748,49	2,16%	75,22%
Material de sinalização visual e outros	22.972,96	27.985,13	1,59%	-17,91%
Material de condicionamento e emb.	19.018,70	13.798,48	1,32%	37,83%
Material para comunicações	14.662,27	18.342,55	1,02%	-20,06%
Material para manut. de bens móveis	14.143,56	16.226,67	0,98%	-12,84%
Material bibliográfico	4.990,21	5.268,53	0,35%	-5,28%
Material para utilização em gráfica	3.862,45	4.417,20	0,27%	-12,56%
Material para áudio, vídeo e foto	2.451,75	2.451,75	0,17%	0,00%
Material de copa e cozinha	2.388,13	3.728,76	0,17%	-35,95%
Gêneros de alimentação	1.339,09	9.254,24	0,09%	-85,53%
Material hospitalar	0,00	1.643,52	0,00%	-100,00%
TOTAL	1.442.268,86	1.663.378,53	100,00%	-13,29%

Fonte: SIAFI/2020

A maioria dos materiais teve redução dos saldos e, ao fim do exercício, o estoque final foi R\$ 221.109,67 inferior ao do exercício anterior. As áreas competentes para realização das aquisições têm sido mais conservadoras na formação de estoque. Além disso, o ano de 2020 foi atípico, tendo em vista o estabelecimento do trabalho remoto em virtude da pandemia relacionada ao coronavírus.

3.5. Nota 5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo correspondem ao adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD, os quais são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Quadro 5 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2020	2019	AH (%)
1.2.1.2.1.98.26 ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS	1.167.887,09	1.205.064,60	-3,09%

Fonte: SIAFI/2020

A FUNPRESP-JUD devolveu, em dezembro de 2019 e em novembro de 2020, a primeira e a segunda parcelas, respectivamente, devidamente corrigidas, do aporte de recursos inicial ocorrido em 2013. Os valores da devolução - R\$ 85.742,86 e R\$ 88.342,70 - foram baixados da conta de créditos a receber (conta 1.2.1.2.1.98.26 - Adiantamento de Contrib. Futuras).

3.6. Nota 6 – Imobilizado - Bens Móveis

O ativo imobilizado do TRT4, ao final do exercício de 2020, correspondeu a 85% do ativo total, sendo 16% de bens móveis e 69% de bens imóveis.

Os bens móveis totalizaram, em 31/12/2020, um saldo contábil bruto de R\$ 126.700.453,82, distribuídos nas contas apresentadas no Quadro 6:

Quadro 6 - Detalhamento de saldo - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	2020	AV	2019	AV	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.293.361,97	4,18%	5.029.415,83	4,14%	5,25%
Bens de Informática	76.453.160,99	60,34%	66.286.226,33	54,58%	15,34%
Móveis e Utensílios	33.353.838,36	26,32%	36.164.041,22	29,78%	-7,77%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	993.044,44	0,78%	1.027.297,73	0,85%	-3,33%
Veículos	3.042.667,39	2,40%	3.055.241,00	2,52%	-0,41%
Bens Móveis em Almoarifado (Estoque)	5.945.794,15	4,69%	8.554.217,77	7,04%	-30,49%
Demais Bens Móveis	1.618.586,52	1,28%	1.337.340,83	1,10%	21,03%
Valor Bruto Contábil dos Bens	126.700.453,82	100,00%	121.453.780,71	100,00%	4,32%
(-) Depreciação Acumulada	-66.894.342,46	52,80%	-54.875.151,14	45,18%	21,90%
Valor Contábil Líquido	59.806.111,36	47,20%	66.578.629,57	54,82%	-10,17%

Fonte: SIAFI/2020

No exercício de 2020 não foi realizado inventário físico dos bens móveis em razão da pandemia causada pelo coronavírus e consequente suspensão das atividades presenciais, com a instituição, por meio da Portaria Conjunta nº 1.268/2020, dos regimes de plantão extraordinário e de trabalho remoto integral e compulsório em todas as unidades judiciárias e administrativas. A Administração do TRT4 autorizou que a realização do inventário anual ocorra somente quando houver a retomada plena das atividades presenciais.

O acréscimo do saldo dos "Bens de Informática" é decorrente das aquisições realizadas no exercício, que representaram cerca de 88% do total investido pelo TRT4 no ano de 2020. O aumento do saldo dos "Demais Bens Móveis" é decorrente do aumento do saldo de bens não localizados, que foram contabilizados no SIAFI após a verificação e correção de inconsistências de informações do Sistema de Controle Patrimonial. Além disso, com o objetivo de sanear os registros patrimoniais do Sistema de Controle Patrimonial e regularizar o passivo histórico de bens não localizados, referente a registros de períodos antigos, foi realizada a baixa contábil de 553 bens.

O Quadro 7 apresenta a movimentação dos bens móveis:

Quadro 7 - Detalhamento das movimentações no período - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Saldo anterior	Red. Vir Recup.	ENTRADAS		SAÍDAS		Saldo atual
			Aquisições	Outras Adições	Doação/ Transf.	Inutiliz /Outros	
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	5.582.450,64	0,00	232.127,58	0,00	24.386,06	44.261,82	5.745.930,34
Bens de Informática	71.101.910,30	0,00	8.656.998,68	530.605,85	797.454,31	244.495,00	79.247.565,52
Móveis e Utensílios	38.937.130,06	3.624.399,07	911.704,89	0,00	256.550,86	84.091,85	35.883.793,17
Material Cultural, Educac.e de Comunicação	1.443.371,73	0,00	19.985,45	0,00	5.701,92	32.910,00	1.424.745,26
Veículos	3.061.524,22	0,00	0,00	0,00	1.398,77	9.774,59	3.050.350,86
Outros Bens Móveis	1.327.393,76	0,00	23.886,02	0,00	0,00	3.211,11	1.348.068,67
TOTAL	121.453.780,71	3.624.399,07	9.844.702,62	530.605,85	1.085.491,92	418.744,37	126.700.453,82

Fonte: Sistema de Controle Patrimonial

O TRT4 está realizando, conforme cronograma aprovado pela Administração, a avaliação de todos os seus bens móveis adquiridos anteriormente ao ano de 2010, período de início da adoção dos procedimentos de depreciação. Estes bens precisam ter seu valor contábil ajustado, pois não sofreram depreciação e estão, portanto, desatualizados. No exercício de 2020, foi concluída a avaliação dos bens classificados na conta 1.2.3.1.1.03.01 - Aparelhos e Utensílios Domésticos, que resultou em uma redução de R\$ 3.624.399,07 no valor destes bens. Os ajustes contábeis foram realizados conforme orientações contidas no MCASP 8ª edição (item 5.10 Esquema de Implementação da Avaliação e Depreciação de Bens Públicos), e o lançamento no ativo foi efetuado em contrapartida à conta Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo Resultados Acumulados no PL.

O valor de R\$ 530.605,85, constante na coluna "Outras Adições" do Quadro 7 corresponde a ativos que estavam classificados como intangíveis de forma incorreta e foram reclassificados para ativos imobilizados. Para essa reclassificação, foi considerado o item 2.3 da macrofunção 020345 - Ativos Intangíveis (ver também Nota 3.7 - Intangível).

O Quadro 8 apresenta o grau de depreciação dos bens móveis:

Quadro 8 - Grau de Depreciação - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Móveis e Utensílios	5.745.930,34	1.875.968,12	32,65
Máquinas e Equipamentos	79.247.565,52	45.818.230,90	57,82
Bens de Informática	35.883.793,17	17.400.292,52	48,49
Material Cultural e Educacionais	1.424.745,26	354.981,74	24,92
Veículos	3.050.350,86	1.265.138,31	41,48
Demais Bens Móveis	1.348.068,67	179.730,87	13,33
TOTAL	126.700.453,82	66.894.342,46	52,80

Fonte: SIAFI/2020

3.7. Nota 7 – Imobilizado - Bens Imóveis

No Quadro 9 é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, nos exercícios de 2020 e de 2019:

Quadro 9 - Detalhamento de saldo - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	2020	AV	2019	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	257.405.919,20	95,23%	193.533.379,18	92,13%	33,00%
Bens Imóveis em Andamento	12.906.805,79	4,77%	14.960.860,91	7,12%	-13,73%
Instalações	0,00	0,00%	1.563.376,40	0,74%	-100,00%
Saldo Contábil Bruto	270.312.724,99	100,00%	210.057.616,49	100,00%	28,69%
(-) Depr./Amortização Acum. - Bens Imóveis	-6.150.652,07	2,28%	-5.636.643,27	2,68%	9,12%
Saldo Contábil Líquido	264.162.072,92	97,72%	204.420.973,22	97,32%	29,22%

Fonte: SIAFI/2020

A composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet está detalhada no Quadro 10:

Quadro 10 - Detalhamento de saldo - Bens de Uso Especial

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet	SIAFI	SPIUnet	
		Terrenos	Benfeitorias
1.2.3.2.1.01.02 EDIFÍCIOS	234.857.029,58	100.606.848,44	134.250.181,14
1.2.3.2.1.01.03 TERRENOS/GLEBAS	22.215.889,62	22.215.889,62	0,00
1.2.3.2.1.01.22 ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	333.000,00	333.000,00	0,00
TOTAL	257.405.919,20	123.155.738,06	134.250.181,14

Fonte: SIAFI/2020 e SPIUnet

No SIAFI, conforme demonstrado no Quadro 10, o saldo da conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios é composto pela soma do valor dos terrenos e das benfeitorias (edificações) dos imóveis. Esse valor é repassado de forma automática pelo SPIUnet.

Em comparação ao exercício anterior, ocorreu um aumento de R\$ 63.872.540,02 nesta conta, decorrente da finalização da obra do Foro da cidade de Estrela e da reavaliação de diversos imóveis, em continuação ao processo de reavaliação iniciado no exercício anterior. Além disso, no exercício de 2020, o valor do sistema de microgeração de energia solar fotovoltaica foi incorporado aos respectivos imóveis. O valor das instalações, no total de R\$ 1.563.376,40, foi incorporado ao valor das benfeitorias dos imóveis localizados nos municípios de: Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Erechim, Guaíba, Montenegro, Palmeira das Missões, Santana do Livramento, São Gabriel, Sapiranga, Soledade e Viamão.

Os Bens Imóveis em Andamento (Obras em Andamento e Estudos e Projetos) referem-se às obras não finalizadas. No encerramento do exercício de 2020 permaneciam em execução as construções dos Foros de Alegrete e de Novo Hamburgo. A obra de construção do Foro de Alegrete ficou alguns meses paralisada em razão de inexecução contratual e da necessidade de realização de novo processo licitatório, sendo recomeçada em novembro de 2020.

O TRT4 mantém reconhecido em seu ativo o imóvel localizado na cidade de Passo Fundo, apesar de ele estar cedido a outra entidade. A cessão é temporária, pois o TRT4 aguarda a realização de estudos pela área competente para definição acerca da realização da obra de ampliação do prédio, necessária para abrigar todas as varas trabalhistas do Foro de Passo Fundo, ou devolução do imóvel à União.

O Quadro 11 apresenta o grau de depreciação dos bens imóveis:

Quadro 11 - Grau de Depreciação - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Edificações e Instalações	134.250.181,14	6.150.652,07	4,58
Obras em Andamento	12.906.805,79	-	-
Terrenos	123.155.738,06	-	-
TOTAL	270.312.724,99	6.150.652,07	

Fonte: SIAFI/2020 e SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis incide apenas sobre o valor das benfeitorias (edifícios e instalações) e é registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nas informações repassadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e conforme previsto no art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

No exercício de 2020 foi observado que cinco imóveis, localizados nos municípios de Bento Gonçalves, Canoas, Guaíba, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, não estavam sofrendo depreciação. Analisando-se o cadastro destes imóveis no SPIUnet, verificou-se que no item "Proprietário Oficial" estavam cadastrados como "Outros" e não como "União", motivo pelo qual o valor mensal da depreciação dos referidos imóveis não estava sendo contabilizado para este Tribunal. Diante disso, foi realizada a atualização cadastral dos referidos imóveis, com a alteração do item "Proprietário Oficial – Outros" para "Proprietário Oficial - União". A atualização cadastral do imóvel localizado na cidade de Guaíba não foi realizada, em razão de ainda existir pendência na documentação a ser enviada pela Prefeitura Municipal de Guaíba (doadora do imóvel à União) à Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

3.8. Nota 8 – Intangível

No TRT4, os bens intangíveis são compostos exclusivamente por softwares, que estão assim classificados:

Quadro 12 - Detalhamento de saldo - Ativos Intangíveis

INTANGÍVEL	2020	2019	AV	AH
Softwares com Vida Útil Definida	3.843.933,06	3.274.422,02	32,70%	17,39%
Softwares com Vida Útil Indefinida	7.911.329,54	3.074.707,66	67,30%	157,30%
Valor Contábil Bruto	11.755.262,60	6.349.129,68	100,00%	85,15%
(-) Amortização Acumulada	-721.832,25	-205.547,60	6,14%	251,18%
Valor Contábil Líquido	11.033.430,35	6.143.582,08	93,86%	79,59%

Fonte: SIAFI/2020

No exercício de 2020 foi dada continuidade aos ajustes patrimoniais e contábeis decorrentes do processo, iniciado no exercício de 2019, de levantamento dos softwares constantes no patrimônio do Tribunal e de adoção de novo entendimento para a classificação em vida útil definida ou indefinida e para o período de amortização. O aumento dos ativos intangíveis com vida útil indefinida ocorreu em razão destes ajustes, pois foram contabilizados todos os softwares que estão em uso, incluindo os que foram adquiridos em exercícios anteriores e não constavam no patrimônio.

A última etapa dos ajustes consiste na reclassificação de softwares de vida útil indefinida para vida útil definida. Em razão do atual sistema de controle patrimonial não possuir a funcionalidade de cálculo da amortização, esta etapa será realizada a partir da implantação do novo Sistema de Controle de Materiais e Patrimônio (SCMP).

3.9. Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo e Longo Prazo

Conforme se observa no Quadro 13, no curto prazo, as obrigações trabalhistas correspondem às férias a pagar e também ao provisionamento dos encargos patronais (INSS, PSSS e Funpresp) incidentes sobre a folha de férias, que passou a ser contabilizado a partir do exercício de 2020.

Quadro 13 - Detalhamento de saldo - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo e Longo Prazo

PRAZO	2020	AV	2019	AV	AH
Curto Prazo	69.097.843,21	83,22%	51.387.018,51	78,60%	34,47%
2.1.1.1.1.01.03 FÉRIAS A PAGAR	60.225.281,10	72,53%	51.387.018,51	78,60%	17,20%
2.1.1.4.1.03.02 CONTRIB A ENTIDADES DE PREVID	273.156,31	0,33%	0,00	0,00%	
2.1.1.4.2.01.01 INSS-CONTRIB.S/ SALÁRIOS E REMUNERA	25.569,40	0,03%	0,00	0,00%	
2.1.1.4.2.13.00 PSS-CONTRIB.S/VENC E VANTAGENS	8.573.836,40	10,33%	0,00	0,00%	
Longo Prazo	13.937.341,62	16,78%	13.988.133,08	21,40%	-0,36%
2.2.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	13.896.381,39	16,74%	13.842.444,72	21,17%	0,39%
2.2.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	40.960,23	0,05%	145.688,36	0,22%	-71,89%
TOTAL	83.035.184,83	100,00%	65.375.151,59	100,00%	27,01%

Fonte: SIAFI/2020

No longo prazo, estão reconhecidos os débitos com servidores e magistrados, para os quais não há suficiência de créditos. Estes passivos são oriundos de despesas de pessoal e encargos sociais, cujas razões e justificativas para seus lançamentos contábeis estão amparados na legislação vigente.

Os passivos são contabilizados e pagos de acordo com as orientações e procedimentos encaminhados pelo CSJT. Atualmente a contabilização segue as orientações contidas na Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019.

O Quadro 14 apresenta os pagamentos de passivos e respectivos encargos no exercício de 2020:

Quadro 14 - Detalhamento de Passivos Pagos

PASSIVOS	VALOR
AUXÍLIO-MORADIA - CLASSISTA	770.069,68
ABONO PERMANÊNCIA - MAGISTRADO	440.450,20
DIF.13º SALÁRIO - MAGISTRADO	54.857,96
DIF. SUBSÍDIOS - MAGISTRADO	208.887,64
GRATIF. EXERC. CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO GECJ	312.839,88
GRAT. ESPECIAL DE LOCAL - MAGISTRADO	1.817.710,97
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - SERVIDOR	1.356,13
ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	3.149.302,56
AD. POR TEMPO DE SERVIÇO - SERVIDOR	103.004,78
DIF. DE FÉRIAS E IND. - SERVIDOR	341.565,12
DIF. PROVENTOS/PENSÕES - SERVIDOR	920.252,64
DIF. REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	81.826,61
DIF. SUBSTITUIÇÃO - SERVIDOR	1.098,62
OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR	110.248,56
PLANO DE CARREIRA - SERVIDOR	71.100,52
TOTAL	8.384.571,87

Fonte: SIAFI/2020

O Quadro 15 apresenta o saldo final do exercício de 2020 das contas de passivos trabalhistas:

Quadro 15 - Detalhamento de Saldo - Passivos Trabalhistas

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO FINAL
2.2.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	AUXÍLIO-MORADIA - CLASSISTA	2.295.438,21
	ABONO PERMANÊNCIA - MAGISTRADO	58.943,36
	AUXÍLIO-MORADIA - MAGISTRADO	8.227.909,95
	ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	68.373,09
	ADIC.PERICUL,INSAL.E NOT.-SERVIDOR	1.527,33
	DIF. PROVENTOS/PENSÕES - SERVIDOR	3.085.025,23
	DIF. REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	47.629,95
	INCORP/ATUAL. QUINTOS/DÉC. - SERVIDOR	95.319,32
	LICENÇA PRÊMIO IND - SERVIDOR	14.439,07
	PLANO DE CARREIRA - SERVIDOR	1.775,88
TOTAL		13.896.381,39
2.2.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	AUXÍLIO-MORADIA - CLASSISTA	11.569,29
	AUXÍLIO-MORADIA - MAGISTRADO	14.741,89
	DIF. REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	9.409,82
	INCORP/ATUAL. QUINTOS/DÉC. - SERVIDOR	5.152,30
	PLANO DE CARREIRA - SERVIDOR	86,93
TOTAL		40.960,23

Fonte: SIAFI/2020

3.10. Nota 10 - Resultados Acumulados

O Patrimônio Líquido do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é constituído pelos Resultados Acumulados do exercício, de exercícios anteriores e de ajustes de exercícios anteriores.

Quadro 16 - Detalhamento de saldo - Patrimônio Líquido

CONTA CONTÁBIL	2020	2019
Resultados Acumulados	297.519.524,87	251.689.926,44
Resultado do Exercício	52.143.270,06	41.599.876,73
Resultados de Exercícios Anteriores	251.689.926,44	216.134.087,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.313.671,63	-6.044.037,46

Fonte: SIAFI/2020

A apuração do resultado patrimonial do exercício implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). O TRT4 obteve um resultado positivo no exercício de 2020, visto que as variações patrimoniais aumentativas (receitas) foram superiores às variações patrimoniais diminutivas (despesas).

No exercício de 2020 diversos bens imóveis foram reavaliados a maior, resultando em um acréscimo de R\$ 76.899.400,67 no valor destes bens. A contabilização destas reavaliações no SIAFI é feita de forma automática pelo SPIUnet, que registra os valores a débito na conta do ativo (1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios ou 1.2.3.2.1.01.03 - Terrenos) e a crédito na conta 4.6.1.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, ao invés de creditar na conta de Reserva de Reavaliação do PL, conforme estabelecido na NBC TSP 07. Em decorrência destas reavaliações, o resultado do exercício apresentou um superávit de R\$ 52.143.270,06. Caso esses valores tivessem sido lançados na conta de Reserva de Reavaliação do PL, o resultado do exercício teria apresentado um déficit de R\$ 24.756.130,61.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores indicam lançamentos decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser imputados a fatos subsequentes. Os valores contabilizados no exercício de 2020 na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de diversos lançamentos, conforme quadro a seguir:

Quadro 17 - Detalhamento de saldo - Ajustes de Exercícios Anteriores

LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS	Valor
Ajuste de amortização	-211.220,73
Ajuste de depreciação	206.379,63
Apropriação de créditos	-17.083,29
Apropriação de estoques	-159.482,47
Apropriação de intangível	-5.244.196,33
Apropriação de passivos de pessoal	6.101.835,70
Baixa de bens móveis	7.632,37
Baixa de créditos	1.553.663,46
Baixa de intangível	322.596,00
Baixa de passivos de pessoal	-24.084,97
Pagamento de despesas de exercícios anteriores - custeio	153.233,19
Reavaliação a menor de bens móveis	3.624.399,07
TOTAL	6.313.671,63

Fonte: SIAFI/2020

3.11. Nota 11 – Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais a Executar

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, tais como as obrigações contratuais a executar.

Em 31/12/2020, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$ 254.231.412,17 relacionado a obrigações contratuais que tratam de parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência. O Quadro 18 apresenta as obrigações segregadas por natureza dos contratos:

Quadro 18 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Composição

CONTA CONTÁBIL	2020	2019	AH (%)
8.1.2.3.1.02.01 - Serviços	250.956.741,77	88.298.473,47	184,21%
8.1.2.3.1.03.01 - Aluguéis	3.043.163,79	3.031.235,49	0,39%
8.1.2.3.1.04.01 - Fornecimento de Bens	231.506,61	6.053.081,45	-96,18%
TOTAL	254.231.412,17	97.382.790,41	161,06%

Fonte: SIAFI/2020

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 98,71% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2020 e sofreram um acréscimo de 184,21% em relação aos valores contratados em dezembro de 2019. Este acréscimo se deve principalmente ao contrato assinado em 2020 com a UNIMED Porto Alegre - Cooperativa Médica LTDA., para serviços de Assistência à Saúde, e com vigência prevista até 01/05/2023.

No Quadro 19 estão relacionados os contratados mais significativos:

Quadro 19 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Pelo contratado

CONTRATADO		SALDO	AV (%)
CNPJ	NOME		
87096616000196	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA.	192.955.796,22	75,90%
34028316002661	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	10.429.517,31	4,10%
92653666000167	SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA.	8.748.130,15	3,44%
08467115000100	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA	7.325.505,60	2,88%
04970088000125	PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS - EIRELI	4.993.918,99	1,96%
02016440000162	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.372.866,05	0,93%
76535764000143	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	2.128.785,02	0,84%
07756651000155	BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUN	2.009.087,70	0,79%
40432544000147	CLARO S.A.	1.525.296,68	0,60%
11508825000138	RJR COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.	1.194.903,35	0,47%
NA	OUTROS	20.547.605,10	8,09%
TOTAL		254.231.412,17	100,00%

Fonte: SIAFI/2020

A seguir é apresentado o resumo das principais contratações:

- CNPJ 87096616000196- UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA. - serviços de assistência à saúde.
- CNPJ 34028316002661 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - serviços postais diversos.
- CNPJ 92653666000167 - SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. - serviço de vigilância armada.
- CNPJ 08467115000100 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE - fornecimento de energia elétrica.
- CNPJ 04970088000125 - PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - serviço de limpeza.
- CNPJ 02016440000162 - RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - fornecimento de energia elétrica.
- CNPJ 76535764000143 - OI S.A. - serviço telefônico fixo comutado (Local, LDN e LDI) e links de acesso dedicado à Internet
- CNPJ 07756651000155 - BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - serviço de comunicação de dados de Rede WAN redundante – RP.
- CNPJ 40432544000147 - CLARO S.A. - serviço de telefonia móvel pessoal e dados, e serviços de telecomunicações de dados visando a atualização tecnológica da rede de longa distância (rede WAN) da Justiça do Trabalho (RP)
- CNPJ 11508825000138 - RJR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem.

3.12. Nota 12 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Variações Patrimoniais Aumentativas são compostas principalmente (92,55%) por transferências financeiras recebidas pelo TRT4 relativas à execução orçamentária.

O Quadro 20 apresenta o detalhamento das receitas de transferências e delegações recebidas:

Quadro 20 - Receitas com Transferências e Delegações Recebidas

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2020	2019	AH
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	Sub-Repasso Recebido	1.851.976.627,29	1.827.745.042,89	1,33%
	Demais Transferências Recebidas	1.047.490,21	875.388,32	19,66%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	1.071.593,81	902.678,81	18,71%
	Movimentações de Var. Patrim. Aument.	0,00	502.820,06	-100,00%
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	Transferências Voluntárias	21.000.000,00	7.500.000,00	180,00%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	Doações/Transferências Recebidas	1.220,00	2.662.713,03	-99,95%
TOTAL		1.875.096.931,31	1.840.188.643,11	1,90%

Fonte: SIAFI/2020/2019

3.13. Nota 13 – VPA - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

As receitas decorrentes de Reavaliação de Ativos correspondem à reavaliação de bens imóveis. Além da atualização do valor dos imóveis (terrenos e benfeitorias) avaliados por empresa contratada pelo TRT4, também foi atualizado no SPIUnet e no SIAFI o valor dos imóveis nos quais foram instalados sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica (vide [Nota 10](#)).

O valor constante na VPA de Ganhos com Incorporação de Ativos corresponde ao valor de dois terrenos próprios localizados no município de Novo Hamburgo. Os terrenos tiveram sua matrícula unificada, razão pela qual foi cadastrado no SPIUnet um RIP único e dado baixa nos dois registros anteriores.

3.14. Nota 14 – VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos (54,25%), referente aos servidores ativos, e Benefícios Previdenciários e Assistenciais (28,23%), relacionados com o pagamento de inativos.

Quadro 21 - Despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2020	2019	AH
PESSOAL E ENCARGOS	Remuneração a Pessoal	840.914.656,29	845.572.788,01	-0,55%
	Encargos Patronais	183.590.112,89	148.913.465,52	23,29%
	Benefícios a Pessoal	46.391.643,86	43.948.522,81	5,56%
TOTAL		1.070.896.413,04	1.038.434.776,34	3,13%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias e Reformas	459.520.614,08	458.000.481,78	0,33%
	Pensões	96.867.315,45	95.652.533,30	1,27%
	Outros Benefícios Previd. e Assist.	833.697,95	599.280,44	39,12%
TOTAL		557.221.627,48	554.252.295,52	0,54%

Fonte: SIAFI/2020/2019

O aumento de 23,29% nos encargos patronais ocorreu em razão do reconhecimento em 2020 do passivo de encargos patronais sobre férias vencidas de servidores e magistrados.

Os outros benefícios previdenciários e assistenciais compreendem as despesas com auxílio- funeral e auxílio-natalidade, tendo ocorrido um significativo aumento das despesas com auxílio-funeral.

3.15. Nota 15 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Conforme demonstra o Quadro 22, no ano de 2020 as despesas com consumo de materiais, serviços de terceiros de pessoas física e jurídica, e depreciação e amortização tiveram uma redução de 16,62% em relação ao exercício anterior:

Quadro 22 - Despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2020	2019	AH
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	Uso de Material de Consumo	1.016.297,55	2.003.696,93	-49,28%
	Serviços	83.352.879,04	100.981.095,14	-17,46%
	Depreciação, Amortização e Exaustão	14.169.154,64	15.200.423,22	-6,78%
TOTAL		98.538.331,23	118.185.215,29	-16,62%

Fonte: SIAFI/2020/2019

A redução mais significativa (49,28%) ocorreu com as despesas relacionadas com consumo de materiais, em razão da pandemia causada pelo coronavírus e da suspensão das atividades presenciais, com a instituição, por meio da Portaria Conjunta nº 1.268/2020, dos regimes de plantão extraordinário e de trabalho remoto integral e compulsório em todas as unidades judiciárias e administrativas.

Quadro 23 - Detalhamento Consumo de Materiais

DESCRIÇÃO	2020	2019	AH
Consumo de Materiais Estocados - Almoarifado	675.909,33	1.303.899,63	-48,16%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	40.863,89	141.634,26	-71,15%
Consumo de Gêneros de Alimentação	8.683,65	17.705,05	-50,95%
Consumo de Material de Processamento de Dados	281.935,71	515.813,85	-45,34%
Consumo de Material Farmacológico	2.711,48	2.772,16	-2,19%
Consumo de Material Hospitalar	6.193,49	4.696,58	31,87%
Distribuição de Material Gratuito	0,00	17.175,40	-100,00%
TOTAL	1.016.297,55	2.003.696,93	-49,28%

Fonte: SIAFI/2020/2019

A pandemia relacionada ao coronavírus e o estabelecimento do trabalho remoto em todas as unidades judiciárias e administrativas também foi responsável pela redução das despesas com serviços, principalmente as despesas com diárias, serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem, e fornecimento de alimentação.

Quadro 24 - Detalhamento Despesas com Serviços

DESCRIÇÃO	2020	2019	AH
Diárias	383.418,43	3.149.239,38	-87,83%
Fornecimento de Alimentação	10.374,00	208.752,35	-95,03%
Locações e Arrendamentos	4.647.081,85	4.935.241,56	-5,84%
Seguros em Geral	54.818,78	61.753,81	-11,23%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	24.796.431,40	28.999.686,74	-14,49%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	4.976.191,06	6.995.033,10	-28,86%
Serviço de Comunicação, Gráficos e Audiovisual	4.118.680,62	5.285.126,40	-22,07%
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	100.902,11	568.955,26	-82,27%
Serviços Administrativos	301.798,71	353.670,67	-14,67%
Serviços Educacionais e Culturais	2.321.415,67	3.276.188,74	-29,14%
Serviços Técnicos Profissionais	41.641.766,41	47.147.447,13	-11,68%
TOTAL	83.352.879,04	100.981.095,14	-17,46%

Fonte: SIAFI/2020/2019

3.16. Nota 16 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As despesas decorrentes de Reavaliação de Ativos correspondem à reavaliação de bens imóveis, conforme laudos de avaliação da empresa contratada.

As despesas com incorporação de passivos apresentaram grande aumento em razão do repasse financeiro e do pagamento, em agosto de 2020, no montante aproximado de R\$ 130 milhões, de precatórios de natureza alimentar e comum devidos pela administração direta e indireta da União.

3.17. Nota 17 – Balanço Orçamentário

O TRT da 4ª Região integra o Orçamento Geral da União através da Unidade Orçamentária (UO) 15105. Os valores expostos no Balanço Orçamentário refletem a execução dos recursos orçamentários alocados em sua unidade orçamentária e autorizados na Lei nº 13.978/2020, Lei Orçamentária Anual - LOA 2020, não compreendendo aqueles cuja execução realiza-se de forma descentralizada (próprios de outra UO).

A LOA 2020 consignou ao TRT4 dotação orçamentária inicial de R\$ 1.729.374.707,00. No decorrer do exercício, contudo, foram realizados ajustes que permitiram adequar a dotação autorizada e resultaram em um acréscimo de R\$ 19.519.932,00. A dotação final ficou em R\$ 1.748.894.639,00. Em 2019 a dotação orçamentária consignada pela LOA foi de R\$ 1.774.570.037,00.

Do total da dotação de 2020, foram empenhados R\$ 1.726.111.129,46, o que corresponde a 98,70% do valor. O Quadro 25 apresenta o detalhamento da execução orçamentária no ano de 2020. Observa-se que foram liquidadas 99,44% das despesas empenhadas e pagas 100% das despesas liquidadas.

Quadro 25 - Despesas Orçamentárias da UO 15105

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
DESPESAS CORRENTES	1.720.023.882,53	99,65%	1.710.991.232,72		1.710.991.232,72	
Pessoal e Encargos Sociais	1.581.715.357,40	91,63%	1.579.835.299,90		1.579.835.299,90	
Outras Despesas Correntes	138.308.525,13	8,01%	131.155.932,82		131.155.932,82	
DESPESAS DE CAPITAL	6.087.246,93	0,35%	5.400.527,11		5.400.527,11	
Investimentos	6.087.246,93	0,35%	5.400.527,11		5.400.527,11	
TOTAL	1.726.111.129,46	100,00%	1.716.391.759,83	99,44%	1.716.391.759,83	100,00%

Fonte: SIAFI/2020

Em relação aos grupos de natureza da despesa, apresenta-se as seguintes considerações:

Pessoal e encargos sociais: são as despesas com pessoal ativo e inativo (aposentados e pensionistas) e encargos sociais.

Em 2020 as despesas com pessoal totalizaram R\$ 1.579.835.299,90. Em relação ao exercício de 2019, o acréscimo foi de 0,54%, com incremento de R\$ 8.543.940,62. Essa diferença refere-se apenas ao crescimento vegetativo da folha de pagamento de ativos (adicional de qualificação, progressões, abono de permanência) e ao aumento de aposentadorias e pensões sujeitas ao reajuste dos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Outras despesas correntes: compreendem as despesas com benefícios a servidores e magistrados, custeio e

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG.

Em 2019 o valor das outras despesas correntes liquidadas foi de R\$ 157.491.740,06, ocorrendo em 2020, conforme o Quadro acima, portanto, uma significativa diminuição destas despesas correntes.

As despesas de custeio apresentaram redução significativa, de R\$ 64,5 milhões em 2019 para R\$ 46,6 milhões em 2020, por conta, principalmente, das medidas de distanciamento social para o combate à pandemia do coronavírus. Houve também redução de despesas com benefícios a servidores e magistrados, como o Auxílio-Transporte (em razão do trabalho não presencial para prevenção e controle da disseminação da COVID-19), e o Auxílio-Alimentação (devido às aposentadorias de servidores e magistrados sem possibilidade de reposição). Além disso, a despesa com Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJG) apresentou uma queda de 2019 para 2020 de mais de R\$ 7 milhões. Como fatores determinantes da diminuição dessa despesa verifica-se a alteração na legislação que rege a matéria e o efeito de medidas adotadas para a prevenção da COVID-19.

Investimentos: são os recursos orçamentários utilizados em patrimônio permanente, como desenvolvimento de sistemas de TI, aquisição de móveis e equipamentos e construção de prédios.

As despesas de capital liquidadas relativas ao orçamento de 2020 corresponderam a R\$ 5.400.527,11. No entanto, este grupo de despesa apresentou em 2020 uma execução significativa de restos a pagar, no valor de R\$ 9.954.447,61.

Dentre os investimentos de 2020, destacam-se as construções dos Foros de Estrela (concluída em 2020), de Novo Hamburgo (inauguração prevista para o primeiro semestre de 2021) e de Alegrete (conclusão prevista para 2021).

3.18. Nota 18 – Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT4 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as despesas orçamentárias vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Além disso, no Balanço Financeiro as despesas orçamentárias apresentadas correspondem a todas as despesas empenhadas pela Unidade Gestora do TRT4 (080014). O valor é superior ao total das despesas empenhadas apresentado no Balanço Orçamentário da UO 015105, pois considera também os créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias.

O Quadro 26 apresenta o resultado financeiro do TRT4 nos exercícios de 2020 e 2019:

Quadro 26 - Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2020	2019
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
(-) Despesas Orçamentárias	1.866.679.138,14	1.859.747.552,62
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-1.866.679.138,14	-1.859.747.552,62
Transferências Financeiras Recebidas	1.854.095.711,31	1.829.523.110,02
(-) Transferências Financeiras Concedidas	70.118.797,83	82.374.745,44
Subtotal (Resultado das Transferências)	1.783.976.913,48	1.747.148.364,58
Recebimentos Extraorçamentários	98.921.219,05	107.155.925,09
(-) Despesas Extraorçamentárias	15.446.414,63	15.942.380,13
Subtotal (Resultado Extraorçamentário)	83.474.804,42	91.213.544,96
Total (Resultado Financeiro)	772.579,76	-21.385.643,08
Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	29.815.789,32	29.043.209,56
Saldo Caixa do Exercício Anterior	29.043.209,56	50.428.852,64
Total (Resultado Financeiro)	772.579,76	-21.385.643,08

Fonte: SIAFI/2020

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extraorçamentárias foram superavitários. O resultado financeiro foi superavitário, ou seja, o ingresso de recursos no exercício de 2020 foi suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias e, ainda, permitiu uma sobra de caixa de R\$ 772.579,76.

3.19. Nota 19 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) oferece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas

atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

O Quadro 27 apresenta um resumo da DFC, demonstrando o resultado líquido de cada atividade e a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 27 - Geração Líquida de Caixa

FONTE RECURSOS	2020	2019	AH	Varição absoluta
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	16.127.554,48	4.746.261,37	239,79%	11.381.293,11
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-15.354.974,72	-26.131.904,45	-41,24%	10.776.929,73
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-		
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	772.579,76	-21.385.643,08	-103,61%	22.158.222,84
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	29.043.209,56	50.428.852,64	-42,41%	-21.385.643,08
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	29.815.789,32	29.043.209,56	2,66%	772.579,76

Fonte: SIAFI/2020

Em 2020, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 772.579,76, conforme o Quadro 27. Verifica-se que as “atividades operacionais” tiveram uma variação positiva em relação a 2019, de aproximadamente de R\$ 11,3 milhões. Além disso, as “atividades de investimento” tiveram em 2020 menos desembolsos, se comparados aos de 2019, gerando uma variação negativa de 41,24%.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. Ativos contingentes

Ativo Contingente é um ativo possível, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

No TRT4, o valor registrado em contas de controle, referentes a ativos contingentes, totaliza R\$ 2.624.562,62, assim distribuídos:

- R\$ 365.379,07 refere-se ao ressarcimento de valores pagos a maior a empresa prestadora de serviços que foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012;
- R\$ 1.597.399,57 refere-se à multa administrativa imposta à empresa por descumprimento de cláusula contratual, sendo o encaminhamento para inscrição em dívida ativa suspenso em razão de interposição de recurso judicial pela empresa;
- R\$ 661.783,98 refere-se a valores pagos indevidamente a ex-servidores e pensionistas (os procedimentos administrativos para reposição ao erário estão suspensos, em razão da interposição de processo judicial por parte dos ex-servidores/pensionistas).

4.2. Passivos contingentes

De acordo com o MCASP, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, porém, devem ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas.

Em dezembro de 2019 e ao longo do exercício de 2020, seguindo a orientação da Nota Técnica SEOFI.CSJT nº 3/2019, foram contabilizados em passivo contingente (Conta de controle 84110.00.00 - Passivos Contingentes Previstos) os valores referentes ao cancelamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs), previsto no Art. 2º da Lei 13.463/2017.

Em dezembro de 2020, o saldo dos Passivos Contingentes Previstos decorrentes de cancelamentos de Precatórios/RPVs foi transferido para Passivos Contingentes Não Confirmados, em face de mudanças no critério de contabilização, onde ficou o Conselho Superior do Trabalho responsável pelos registros na UG 170013, em atendimento ao item 9.11.15 da macrofunção 020336 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

4.3. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

O PIPCP regulamentado pela Portaria STN nº 548/2015 estabelece os prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

Apresentamos abaixo a situação do PIPCP neste TRT4:

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Situação		
	não iniciado	em andamento	implantado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	X		
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica		
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			X
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			X
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.			X
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			X
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			X
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica		
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica		
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			X
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica		
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			X
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			X
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			X
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico pela STN		